

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	9
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	11
INVESTIMENTOS	21
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	22
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	22
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	23
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	24
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO	31
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	32
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....	33
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3. DAS CONCESSÕES	19
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	20
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	22
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	23
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	26
11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	26
12. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS	26
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	27
14. INTANGÍVEL	30
15. FORNECEDORES.....	31
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	31
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	32
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	35
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	35
20. PROVISÕES.....	40
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	47
22. RECEITA.....	50
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	52
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	54
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	55
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	57
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	64
28. SEGUROS.....	66
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	66
30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL.....	67
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	67
32. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	67
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	69
PARECER DO CONSELHO FISCAL	74
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES.....	75
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A persistência das dificuldades no ambiente macroeconômico em 2016 continuaram a exigir das companhias brasileiras um grande esforço de gestão, e no nosso caso em especial, tendo que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Entretanto, entendemos que esses períodos econômicos são cíclicos e a Companhia está fazendo os ajustes necessários, neste momento de instabilidade, para aumentar a sua solidez financeira e operacional.

Mesmo com investimentos expressivos em 2016, conseguimos reduzir a nossa dívida em 2016, o que demonstra o esforço de gestão na redução da alavancagem da Companhia. Ainda temos um volume relevante de dívidas com vencimento nos próximos dois anos, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos.

Essa mesma disciplina financeira na gestão da dívida também faz parte da busca da melhoria da eficiência operacional. Os nossos custos gerenciáveis com serviços de terceiros, materiais e outros apresentaram redução em 2016. No que se refere aos custos de pessoal, implementamos um programa de desligamento voluntário que teve a adesão de aproximadamente 600 empregados e que contribuirá para a redução na nossa despesa nos próximos anos.

Tivemos um aumento da nossa inadimplência em 2016, resultado principalmente do ambiente macroeconômico desfavorável, mas já iniciamos uma grande campanha de negociação de débitos com nossos clientes, que certamente trará resultados positivos em 2017.

Tivemos prejuízo em 2016, no valor de R\$324 milhões, decorrente principalmente do custo financeiro da nossa dívida e dos ajustes para perdas relevantes para créditos de liquidação duvidosa, conforme comentamos anteriormente. Temos a expectativa que a redução na taxa de juros, com menor custo financeiro, e as medidas de eficiência operacional, já nos permitam reverter esse quadro em 2017.

Temos a expectativa que o ano de 2017 represente uma mudança de ciclo, um ambiente macroeconômico mais favorável, com aumento na confiança dos investidores e da sociedade, com a consequente melhoria no ambiente de investimentos.

Essa expectativa já se materializa na redução nas taxas de juros, o que traz benefícios na diminuição do custo financeiro da nossa dívida e também melhora a expectativa com relação às condições financeiras das rolagens e captações de recursos futuras.

O crescimento econômico do País tem como efeito positivo direto para o nosso negócio de distribuição uma expectativa de melhoria no mercado de energia. Em 2016, investimos mais de R\$ 1 bilhão na área de concessão da Cemig Distribuição, lembrando que esses investimentos expressivos nos últimos anos farão parte do processo de revisão tarifária previsto para 2018.

Apesar de todos os desafios, continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. A Cemig, controladora da Cemig D, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, ressaltamos mais uma vez a nossa confiança no futuro e na nossa capacidade de gestão para concluirmos a implementação dos ajustes necessários que aumentarão a solidez financeira da Cemig D.

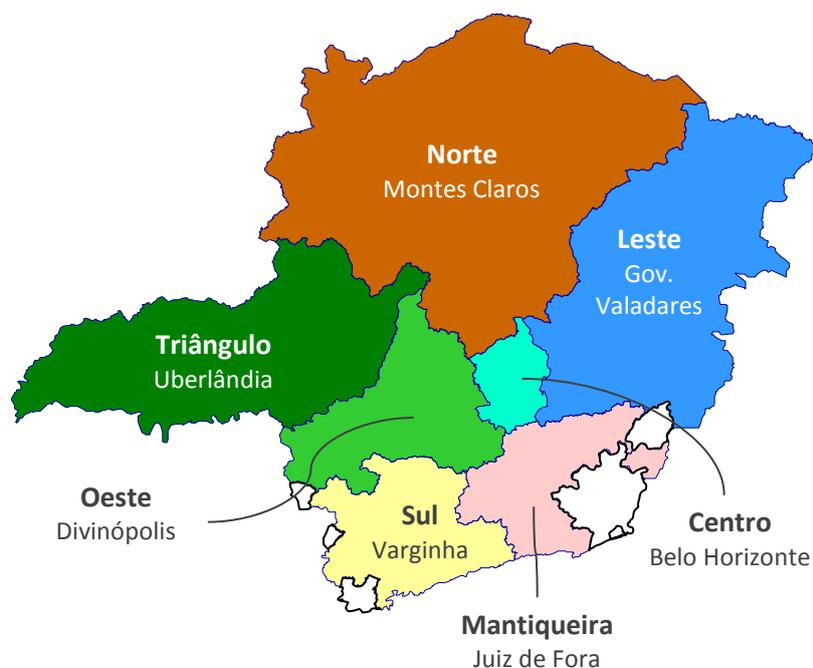
Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas diretos e indiretos e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 515.069 km de redes de distribuição (102.301 km em área urbana e 396.326 km de redes rurais) e 16.442 km de linhas de distribuição, com 8.259 milhões de consumidores faturados em 2016.

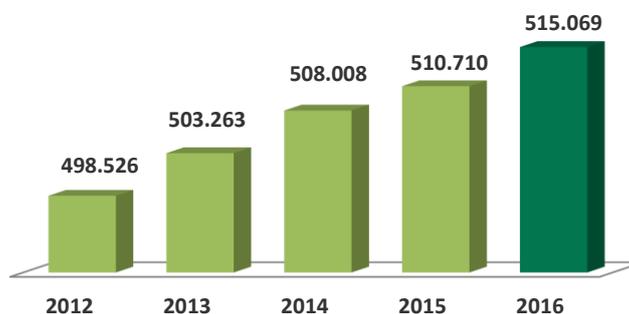
A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em 2016 (6.689.365 consumidores) 10% são consumidores de baixa renda.

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Redes de Subtransmissão e Distribuição (Km)



Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão do Grupo Cemig

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação dos contratos de concessão

Os contratos de concessão de distribuição da Cemig D foram prorrogados por mais 30 anos, agora consolidados em apenas um, conforme termos da Lei nº 12.783/13. A prorrogação, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira começam a ser avaliados ao término de 2017 e a meta para esse ano é que a distribuidora tenha um LAJIDA maior ou igual à zero. Importante ressaltar que esse resultado tem que se manter também nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Em relação aos indicadores de qualidade do serviço prestado, a ANEEL, a partir de 2016, iniciou a avaliação anual da duração (DECI) e da frequência (FECI) das interrupções ocorridas no sistema de distribuição de energia elétrica.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

O reajuste tarifário anual da Cemig D foi transferido de 8 de abril para 28 de maio a partir de 2016. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de price-cap.

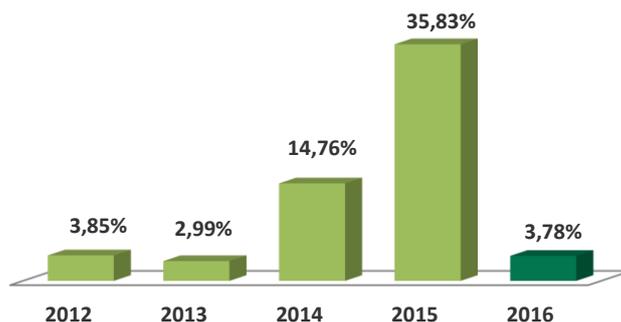
A ANEEL homologou o índice médio de reajuste de 3,78% para vigorar a partir de 28 de maio de 2016, com vigência até 27 de maio de 2017.

O aumento para o consumidor residencial foi de 4,21%. Para os consumidores industriais e do setor de serviços, atendidos em média e alta tensão, o aumento médio percebido foi de 2,06 %. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o aumento médio foi de 4,63%.

Do valor cobrado na fatura, 21,4% fica com a Cemig Distribuição para remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária. Essa parcela é chamada de Parcela B. Os demais 78,6% são repassados para cobrir a Parcela A, composta pela compra da energia (28,7%), encargos setoriais (18,3%), encargos de transmissão (2,9%), além dos tributos, representados pelo ICMS (22,1%) e PASEP/COFINS (6,5%).

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig, mais de 689 mil consumidores são rurais e cerca de 724 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

Reajustes Tarifários



Obs: O reajuste tarifário de 2015 está composto de 7,07%, em vigor a partir de 08 de abril de 2015 e 28,76% de reajuste extraordinário em vigor a partir de 02 de março de 2015.

Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um sistema instituído pela ANEEL para sinalizar aos consumidores as condições e os custos reais da geração de energia elétrica no mês de consumo, permitindo que o cliente responda de forma mais racional ao preço da energia. O mecanismo entrou em vigor em janeiro de 2015.

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias é feito pelas distribuidoras para a Conta Centralizadora, gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os recursos disponíveis nessa conta são repassados para as distribuidoras, conforme a necessidade de cobertura dos custos com geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

Além do sinal tarifário, o Sistema de Bandeiras Tarifárias está sendo um importante mecanismo para mitigar o descasamento entre despesa e cobertura tarifária de compra de energia.

Em função da melhoria do nível dos reservatórios durante o ano de 2016, ocorreu uma redução nos encargos das bandeiras nesse ano. Em 2015 recebemos R\$1.066 milhões de recursos das bandeiras em comparação a R\$360 milhões em 2016.

Gestão das Perdas

O Índice de Perdas Totais da Distribuição em 2016 foi de 13,52% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição (acréscimo de 1,83% em relação ao valor de 2015) sendo a meta regulatória estabelecida para o final de 2016 de 10,92%.

As Perdas Totais da Distribuição são compostas pelas Perdas Técnicas mais as Perdas Comerciais (Perdas Não Técnicas). O Índice de Perdas Técnicas em 2016 foi de 9,56% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição (acréscimo de 0,66% em relação ao valor realizado em 2015) para uma meta regulatória de 7,84%.

Para ter um nível de Perdas Técnicas regulatórias mais aderentes às reais características do sistema elétrico da Cemig D na próxima revisão tarifária (2018), foi instituído desde 2014 um grupo de trabalho que tem conduzido diversos estudos e trabalhado na implementação da nova metodologia de cálculo de Perdas Técnicas válida para o 4º CRTP (módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica - Prodist).

O aumento das Perdas Comerciais em 2016 foi impulsionado pelo cenário macroeconômico desfavorável com alta da inflação e do desemprego associado aos reajustes.

Em 2016, visando coibir o aumento das Perdas Comerciais e educar a população sobre os diversos prejuízos causados pelas irregularidades, a Cemig realizou vários mutirões de inspeções em pontos estratégicos de Belo Horizonte e do interior do estado, com atuação simultânea da mídia e divulgação de várias notícias a partir dos diferentes meios de comunicação (mídia escrita, rádio e televisão).

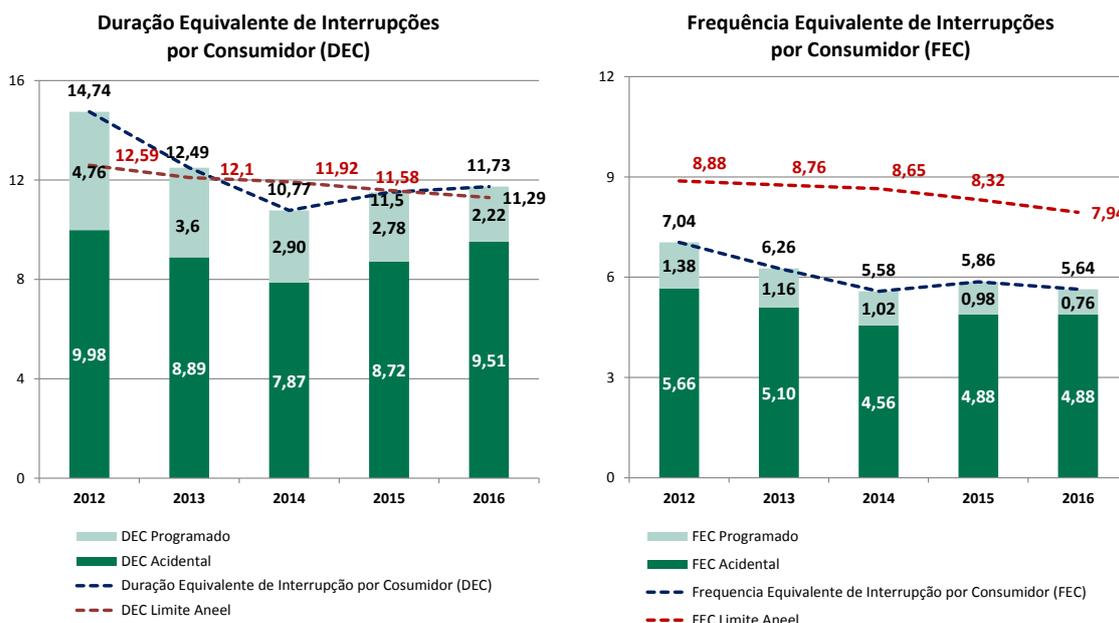
Adicionalmente, foram implementadas melhorias nos softwares de seleção de alvos de inspeção, aperfeiçoamentos na qualidade do processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, sendo que a Cemig mantém desde 2012 uma estrutura dedicada de telemedição, a partir do seu Centro Integrado de Medição, que possibilita o monitoramento remoto de cerca de 13 mil grandes clientes que representam cerca de 45% do faturamento da companhia.

Outra ação importante para mitigação de Perdas Comerciais diz respeito ao programa de modernização do parque de medição dos consumidores em todo o estado. Em 2016, a partir desse programa, 153 mil medidores obsoletos e depreciados foram substituídos por medidores novos com tecnologia eletrônica, permitindo uma medição mais precisa e reduzindo a susceptibilidade à realização do furto de energia nesses equipamentos.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 156 Agências e 622 Postos de Atendimento. Em 2016 foram registrados 9,76 milhões de contatos através deste canal.

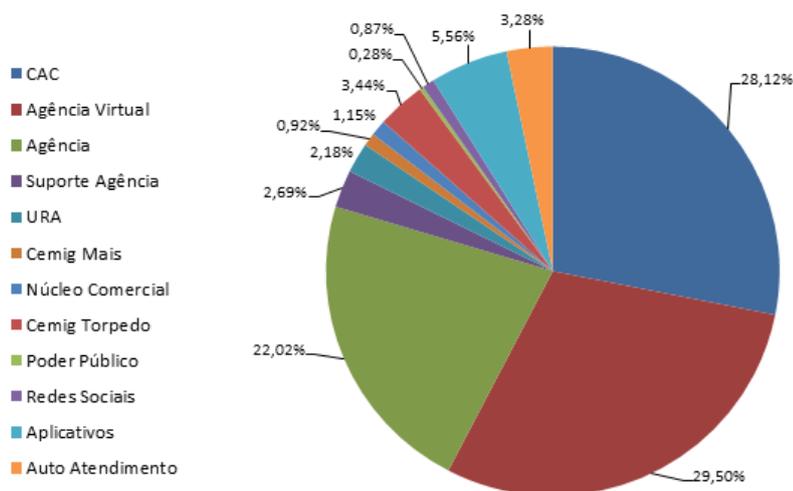
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2016 foi de 11,1 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2016 foram recebidas 1,36 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e IOS.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2016 mais de 11,6 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve mais de 39,5 milhões de atendimentos em 2016, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

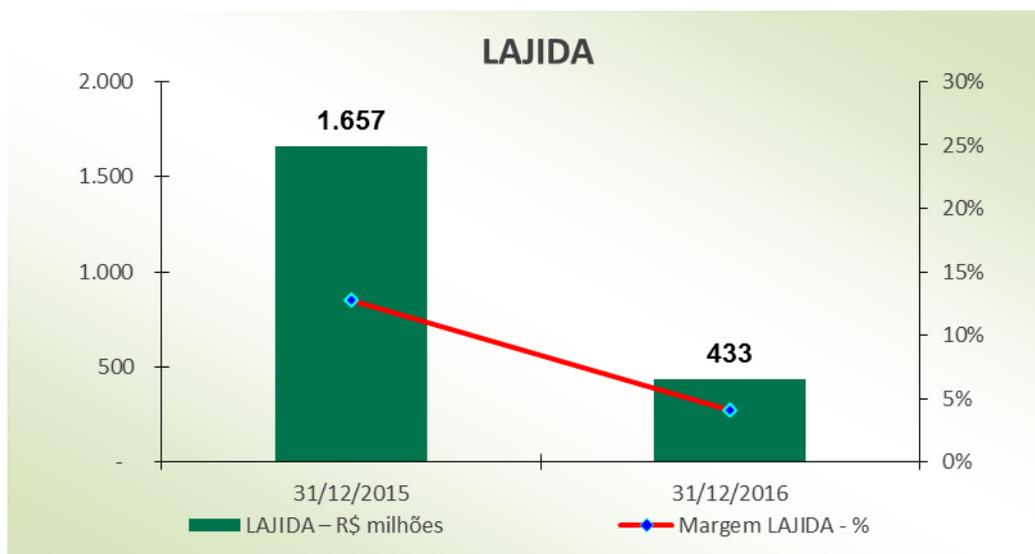
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2016, prejuízo de R\$324 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$370 milhões no exercício de 2015. As principais variações na comparação dos resultados de 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2016	2015 Reapresentado	Var %
Resultado do Exercício	(324)	370	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(103)	256	-
+ Resultado Financeiro Líquido	335	587	(42,93)
+ Amortização	525	444	18,24
= LAJIDA	433	1.657	(73,87)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2016 em comparação a 2015 deve-se, principalmente, à redução de 18,25% na receita operacional, compensada parcialmente pela redução de 10,09% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 12,75% em 2015 para 4,09% em 2016.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2016	2015 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	16.687	16.515
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.741	1.500
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros	(1.455)	1.704
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.102	1.044
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	8	576
Outras Receitas Operacionais	1.134	1.243
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(8.620)	(9.620)
	10.597	12.962

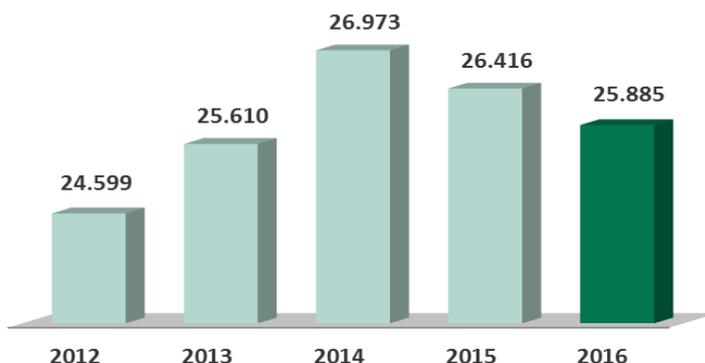
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$16.687 milhões em 2016, em comparação a R\$16.515 milhões, no mesmo período de 2015, representando um aumento de 1,04%. Os principais impactos na Receita em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- redução de 2,01% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	2016	2015	Var %
Residencial	9.915.807	9.829.992	0,87
Industrial	3.194.872	3.757.203	(14,97)
Comércio, Serviços e Outros	5.711.647	6.026.533	(5,22)
Rural	3.574.724	3.379.734	5,77
Poder Público	885.748	892.368	(0,74)
Iluminação Pública	1.350.405	1.325.525	1,88
Serviço Público	1.252.043	1.204.461	3,95
Total	25.885.246	26.415.816	(2,01)

Destaca-se a redução de 14,97% na energia vendida para o segmento industrial principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 5,77% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.741 milhões, comparada a R\$1.500 milhões em 2015, o que representou um aumento de 16,07%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Demonstrações Financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma redução da receita de R\$1.455 milhões em 2016, em comparação a um aumento da receita de R\$1.704 milhões em 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um passivo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Receita de Construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.102 milhões em 2016, comparados a R\$1.044 milhões em 2015, um aumento de 5,56%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

A Receita relacionada ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão foi de R\$8 milhões em 2016, comparados a R\$576 milhões em 2015. Essa variação deve-se à redução na estimativa dos ativos financeiros a serem indenizados ao final da concessão após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 13.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$8.620 milhões em 2016 comparados a R\$9.620 milhões em 2015 representando uma redução de 10,40%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.040 milhões em 2016 comparados a R\$2.845 milhões em 2015. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$10.688 milhões em 2016, comparados a R\$11.749 milhões em 2015, representando uma redução de 9,03%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.260 milhões em 2016 comparados a R\$6.993 milhões em 2015, uma redução de 24,78%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 36,90% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$2.586 milhões no exercício de 2016, comparados a R\$4.098 milhões no exercício de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 34,03% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$1.144 milhões no exercício de 2016, comparados a R\$1.734 milhões no exercício de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês em 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;
- redução de 19,91% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$680 milhões em 2016 e R\$849 milhões em 2015).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Demonstrações Financeiras.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$760 milhões em 2016 comparados a R\$813 milhões em 2015, representando uma redução de 6,52%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Demonstrações Financeiras.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.147 milhões em 2016 comparados a R\$1.000 milhões em 2015, representando um aumento de 14,70%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);

- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$64 milhões.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$10 milhões em 2016 comparada a R\$95 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$544 milhões em 2016 comparados a R\$209 milhões em 2015.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$381 milhões em 2016 em comparação a R\$175 milhões em 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo aumento nas tarifas e também pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.

Com relação às provisões para contingências, ocorreu um crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$92 milhões em 2016 em comparação a R\$7 milhões em 2015, devido principalmente à inclusão de novos processos com probabilidade de perda provável. Maiores informações na nota explicativa nº 20.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no valor de R\$231 milhões em 2016 em comparação a uma despesa de R\$121 milhões em 2015.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento do custo com o Fundo de Pensão e o Plano de Saúde em 2016. Além disso, foram efetuadas alterações no seguro de vida em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada gerou em uma redução nas obrigações pós-emprego de 2015, em contrapartida ao resultado, no montante de R\$45.892.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$335 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$587 milhões em 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 29,64% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$713 milhões em 2016 comparados a R\$550 milhões em 2015. Este resultado decorre do aumento em 2016 do custo da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 14,06% em 2016 em comparação a 13,23% em 2015;
- redução nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante de R\$34 milhões em 2016 comparados a R\$168 milhões em 2015. Este resultado decorre, substancialmente, da menor variação do Dólar em 2016 (desvalorização de 16,54% em 2016 em comparação à valorização de 47,01% em 2015).
- aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$204 milhões em 2016 comparados a R\$68 milhões em 2015. O aumento dessa receita deve-se, principalmente, a ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.
- redução de 37,73% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$170 milhões em 2016 comparados a R\$273 milhões em 2015. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (6,29% em 2016 em comparação a 10,67% em 2015);

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 destas Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, em 2016, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$103 milhões em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$427 milhões. Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$256 milhões em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$626 milhões. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$426 milhões, em comparação a R\$319 milhões em 31 de dezembro de 2015, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2016 e 2015 totalizou R\$1.426 milhões e R\$600 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2016, em comparação a 2015, deve-se, principalmente, à redução na saída de caixa em 2016 para cobrir os custos não gerenciáveis da Parcela A, considerando a menor despesa com energia elétrica verificada em 2016 em função principalmente do desligamento de termelétricas e também do menor preço verificado no mercado atacadista.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

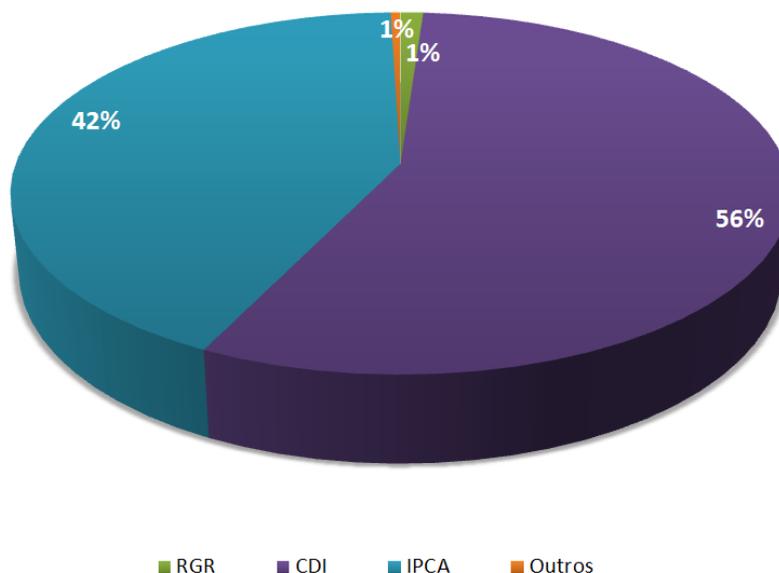
O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2016 e 2015 totalizou, respectivamente, R\$1.018 milhões e R\$1.079 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2016, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, do menor volume de recursos aplicados em Títulos e Valores mobiliários em 2016.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$301 milhões, decorrente da amortização de R\$2.873 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$87 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$2.250 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$484 milhões, decorrente da captação de R\$2.469 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$1.968 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$117 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2016

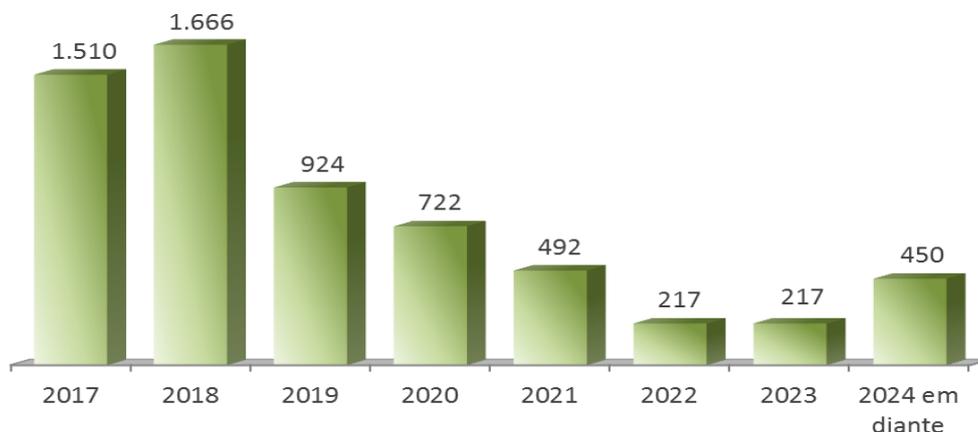


A composição da dívida da Cemig Distribuição é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira, atualmente praticamente inexistente. O custo médio da dívida da Cemig D é de 8,06% a.a. (Custo Real) e de 15,87% a.a. (Custo Nominal), a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo seu Estatuto Social, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$6.198 milhões, representa uma redução em relação ao valor de 2015, de R\$7.020 milhões. Essa variação negativa demonstra o esforço da gestão na redução do endividamento da Cemig D. A dívida tem um prazo médio de 3,2 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras.

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2016 (R\$ milhões)



A Cemig continua tendo grande parte de sua dívida vencendo no curto prazo, em razão das condições de mercado dos últimos anos, mais restritas. mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos.

No ano de 2016, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig D seguindo a deterioração do quadro econômico no país. A Standard & Poor's rebaixou o rating da empresa de brAA- para brBBB+ na classificação nacional e de BB para B+ na classificação global. A Fitch também rebaixou o rating da empresa de AA-(bra) para A(bra) na classificação nacional. Já a Moody's rebaixou, em fevereiro, o rating da empresa de Aa2.br para Baa1.br na classificação nacional e de Ba1 para B1 na classificação global.

INVESTIMENTOS

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) representarão investimentos na ordem de R\$4,7 bilhões.

Em 2016, os investimentos foram de R\$844 milhões, sendo R\$216 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R\$601 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R\$27 milhões em outros projetos.

Além desses expressivos valores referente aos investimentos, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2016, foram realizadas 32 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2015 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2016	% em relação à auditoria	2015	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:	450	100,00	402	100,00
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL	17	4,00	22	5,47
Total Geral	467	104,00	424	105,47

Os serviços adicionais foram contratados para o período de abril de 2015 a março de 2017, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos na Cemig vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC, que tem como principais atribuições: (i) Recomendar, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes e procedimentos a serem adotados no Processo de Monitoramento de Riscos Corporativos, visando a eficácia e a melhoria contínua do processo; (ii) Monitorar continuamente o cenário em que a Empresa está inserida e a matriz de riscos corporativos da Empresa, visando identificar os principais riscos e recomendar ações mitigadoras prioritárias a serem propostas à Diretoria Executiva; e (iii) Acompanhar a estrutura de controles internos e ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos estratégicos da CEMIG .

Em março de 2016, a estrutura de gestão de riscos da Empresa foi reforçada com a criação da Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos, seguindo as tendências de normas e melhores práticas nacionais e internacionais de valorização do assunto. Esta superintendência, subordinada à Presidência, tem como principais atribuições: desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar. Ainda neste ano, foram mapeados os Top Risks (riscos priorizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração) e foi atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig D um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig D utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

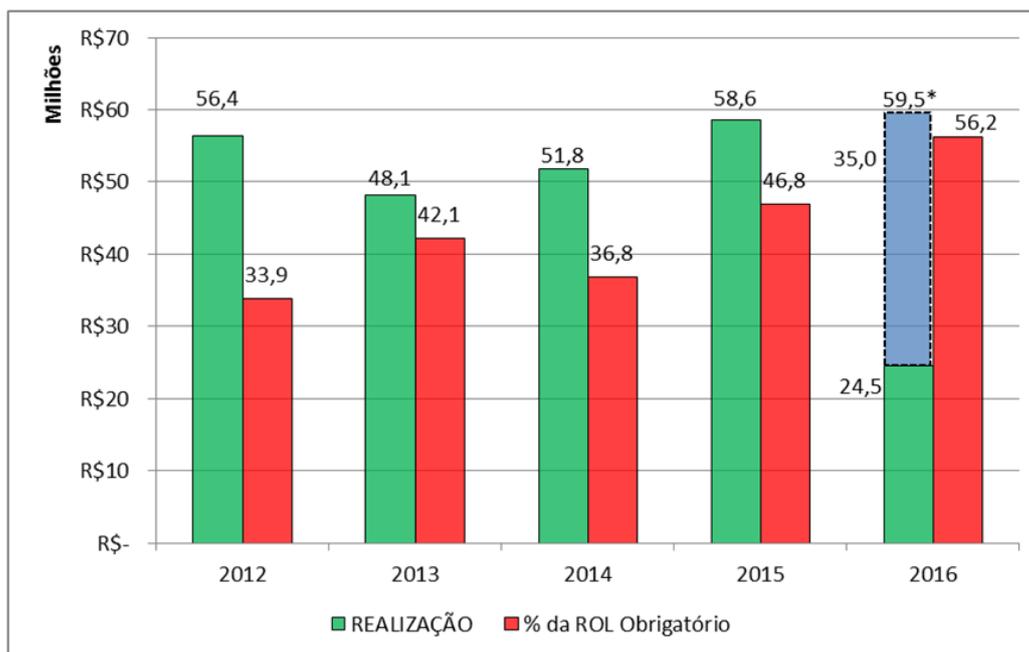
Nos últimos 3 anos a Cemig Distribuição investiu mais de 50 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2016, foram executados mais de 40 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 10 milhões de reais.

Destacam-se os projetos para teste e diagnóstico básico de transformadores de distribuição de poste com proteção operada, sem desconexão da rede de Baixa tensão e o projeto de desenvolvimento de soluções inovadoras para viabilização de agências de atendimento com soluções automatizadas para os consumidores da Cemig, incluindo pessoas com diferentes tipos de necessidades especiais.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual mínimo da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética, além da publicação anual de uma Chamada Pública de Projetos, aonde a sociedade tem a oportunidade de apresentar propostas a serem realizadas com o recurso da Eficiência Energética.



**Foram disponibilizados R\$ 35 milhões na Chamada Pública de Projetos 2016, elevando o valor total disponibilizado para projetos de Eficiência Energética para R\$ 59,5 milhões.*

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2016 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: Por meio do Programa de Subvenção, a Cemig concede 25% de desconto nas faturas de energia elétrica a instituições que prestam serviços de filantropia. Em 2015, 1.050 entidades foram beneficiadas com o Programa, totalizando R\$7,8 milhões em desconto em contas de energia.

O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Em 2015, aproximadamente 195 instituições receberam R\$48 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2016/2017 envolveu a participação de 1.509 empregados voluntários da Cemig D, destinando recursos para 101 municípios com o intuito de beneficiar 199 instituições. O montante destinado pelos empregados foi de R\$767 mil, com atendimento de aproximadamente 25.000 crianças e adolescentes.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2016 foi superior a R\$ 23 milhões, com uma economia de energia de 8.292 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 3.302 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

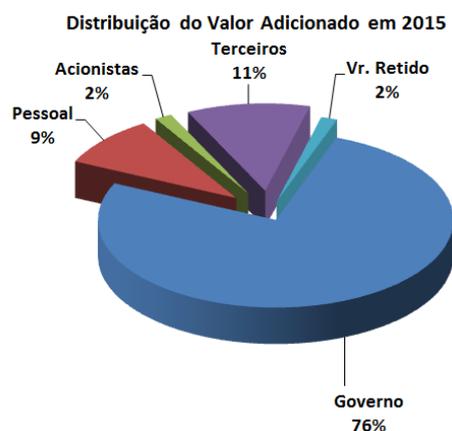
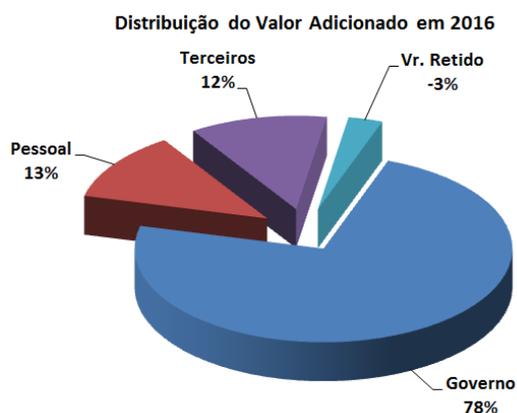
Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos o Projeto Conviver, iniciado em 2006. O Projeto Conviver orienta clientes de baixa renda sobre ações e medidas de eficiência energética. São dois os projetos em andamento: Conviver Solar I e II. Nestes projetos, foram beneficiadas 2.264 famílias residentes em conjuntos habitacionais de baixa renda e houve substituição de 11.320 lâmpadas, totalizando um investimento de cerca de R\$ 8,2 milhões ao longo de sua implementação, sendo R\$ 594 mil em 2016. A economia de energia foi de 1.303 MWh/ano e a redução de demanda na ponta, de 1.033 kW.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R\$ 15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, 65 foram concluídos e 24 encontram-se em execução. Foram investidos R\$ 6 milhões em 2016.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$10.346 milhões de valor adicionado em 2016 em comparação a R\$ R\$12.100 milhões em 2015.

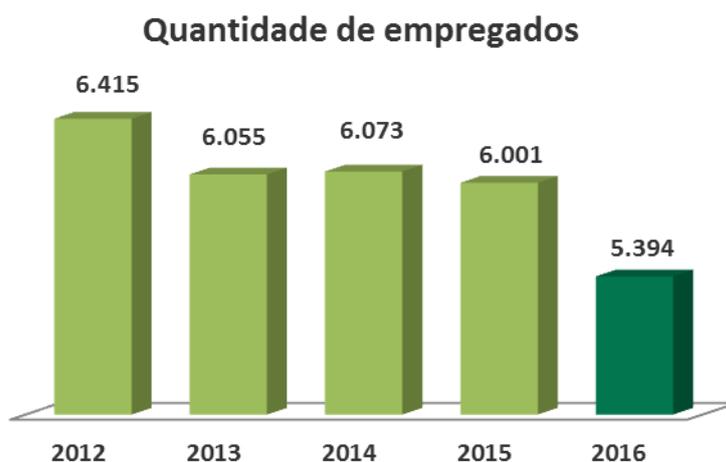


Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

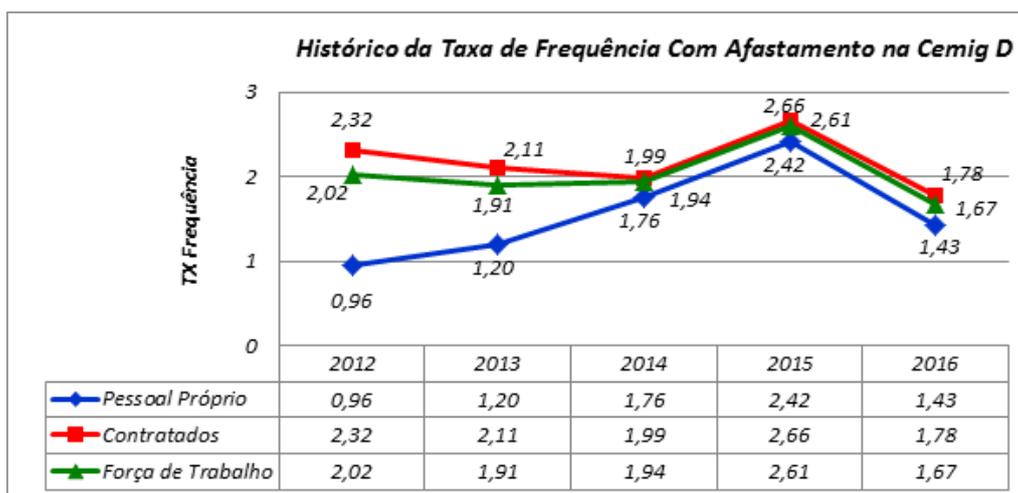
Quadro de empregados

A Companhia apresenta uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.415 empregados em 2012 para 5.394 em 2016, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em decorrência das diversas ações e programas da Companhia voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, os indicadores de acidentes apresentaram uma redução significativa nos últimos anos. Em 2016, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA, relativa à força de trabalho, fechou em 1,67 acidentes por 1 milhão de horas trabalhadas, 36% menor que em 2015, ficando 21,96% abaixo do limite de 2,14.



Ao compararmos os resultados de 2016 com os resultados obtidos em 2015, tivemos uma redução na TFA de 40,91% para Pessoal Próprio e 33,08% para Pessoal Contratado. Diversas ações foram realizadas, de forma a possibilitar os excelentes resultados registrados em 2016, onde se destacam:

- ✓ Filiação à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS;
- ✓ Criação do Grupo Integrado de Prevenção de Riscos de Acidentes de Trabalho;
- ✓ Implementação, em abril de 2016, do Plano Integral de Prevenção de Riscos e Acidentes de Trabalho, elaborado pela OISS, com o objetivo de atingir a “Meta Zero de Acidentes Graves, Fatais, e de Afastamento do Trabalho Superior a 15 dias”.

UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Para o ano de 2016, em função do cenário econômico e da crise do setor energético brasileiro, com conseqüente redução dos recursos financeiros, a estratégia adotada foi de atendimento de demandas prioritárias ao negócio da Empresa, tais como os cursos sobre segurança, os que impactam diretamente na eficiência operacional e os que atendem a requisitos legais.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2016, 4.039 participações e 87.839 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e também para treinamento de empregados de outras empresas.

Meio Ambiente

Em 2016, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$20,8 milhões. Destes, R\$468 mil foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig D possui 68,66% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 31,34% em processo de licenciamento.

Gestão de Resíduos

A logística reversa e a destinação final de resíduos são feitas por área certificada em Sistema de Gestão Ambiental – SGA Nível 1, que recebe os resíduos devidamente identificados, separados e acondicionados pelas áreas que os geraram. Dentre as várias ações da Companhia em relação à gestão de resíduos destacamos:

No exercício de 2016, foram encaminhadas para destinação ambientalmente adequada aproximadamente 45 mil toneladas de resíduos industriais: 99,4% foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 0,6% coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial. A receita obtida com a venda de 45,5 mil toneladas alcançou R\$ 10,9 milhões.

Os resíduos alienados são constituídos principalmente por cabos e fios, sucata de transformadores, sucatas metálicas, sucata de medidores, postes, cruzetas, aparas e resíduos de madeira.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Em 2016 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1) Base de Cálculo	2016			2015		
	Valor (Mil Reais)			Reapresentado Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	10.596.503			12.962.302		
Resultado Operacional (RO)	(91.852)			1.213.198		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	949.414			882.400		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	74.601	7,86	0,70	58.011	6,57	0,45
Encargos sociais compulsórios	253.965	26,75	2,40	228.290	25,87	1,76
Previdência privada	67.538	7,11	0,64	58.863	6,67	0,45
Saúde	43.978	4,63	0,42	35.913	4,07	0,28
Segurança e medicina no trabalho	20.456	2,15	0,19	18.251	2,07	0,14
Educação	67	0,01	-	318	0,04	-
Cultura CE	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	15.337	1,62	0,14	22.308	2,53	0,17
Creches ou auxílio-creche	2.369	0,25	0,02	1.883	0,21	0,01
Participação nos lucros ou resultados	9.790	1,03	0,09	94.815	10,75	0,73
Outros	10.682	1,13	0,10	12.508	1,42	0,10
Total - Indicadores Sociais Internos	498.783	52,54	4,70	531.160	60,20	4,09
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	2.276	-	0,02	455	0,04	-
Cultura	7.755	-	0,07	-	-	-
Esporte	972	-	0,01	-	-	-
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	1.900	-	0,02	49.369	4,07	0,38
Total das Contribuições para a Sociedade	12.903	-	0,12	49.824	4,11	0,38
Tributos (excluídos encargos sociais)	8.064.057	-	76,10	9.235.358	761,24	71,25
Total - Indicadores Sociais Externos	8.076.960	-	76,22	9.285.182	765,35	71,63
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	15.296	-	0,14	17.940	1,48	0,14
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	15.296	-	0,14	17.940	1,48	0,14
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			5.394			6.001
Nº de admissões durante o período			20			1
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			140			ND
Nº de estagiários (as)			157			196
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			865			2.134
- 2º Grau			4.489			3.566
- 1º Grau			40			267
- Até 1º Grau incompleto			-			34
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.954			2.720
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			690			798
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			9			1
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			274			1.979
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			-			0,7
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			162			69
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	26,77			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho (empregados próprios)	191			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2016: 10.346.450			Em 2015: 12.099.608		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	77,94% governo 0% acionistas	12,66% colaboradores (as) 12,53% terceiros (3,13)% retido		76,32% governo 1,57% acionistas	9,39% colaboradores (as) 11,23 % terceiros 1,49% retido	
7) Outras Informações	2016			2015		
Investimentos em questões ambientais	R\$20,8 milhões			R\$17,9 milhões		
Resíduos e materiais inservíveis	45 mil toneladas			47 mil toneladas		
Receita com as vendas dos resíduos	R\$10,9 milhões			R\$10,5 milhões		

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2016	2015 Reapresentado
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	8.259	8.078
Número de empregados	5.394	6.001
Número de consumidores por empregado	1.531	1.346
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.482	1.505
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	788,56	742,38
Comercial	724,36	640,49
Industrial	567,53	551,45
Rural	409,39	416,18
DEC (horas)	11,73	11,50
FEC (número de interrupções)	5,64	5,86
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	59	58
Operacionais		
Número de Subestações	393	388
Linhas de Distribuição (Km)	16.442	16.160
Redes de Distribuição (Km)		
Urbana	102.301	101.454
Rural	396.326	393.096
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$milhões	10.597	12.962
Margem operacional - %	(0,87)	9,36
LAJIDA ou EBITDA - R\$milhões	433	1.657
Resultado do Exercício - R\$milhões	(324)	370
Resultado do Exercício por lote de 1000 ações R\$	(137)	159
Patrimônio líquido - R\$milhões	2.500	2.696
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.060	1.159
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	(12,02)	14,91
Endividamento do patrimônio líquido - %	516,77	543,71
Liquidez Corrente	1,01	0,76
Liquidez Geral	0,54	0,58

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (Vago)	(vago)
Allan Kardec de Melo Ferreira	Samy Kopit Moscovitch
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Luiz Guilherme Piva
Helvécio Miranda Magalhães Junior	Franklin Moreira Gonçalves
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Wieland Silberschneider
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	Antônio Dirceu Araujo Xavier
Nelson José Hubner Moreira	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Marcelo Gasparino da Silva	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	Aloísio Macário Ferreira de Souza
Ricardo Coutinho de Sena	(vago)
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Bruno Magalhães Menicucci
Saulo Alves Pereira Junior	Carolina Alvim Guedes Alcoforado
Daniel Alves Ferreira	Marina Rosenthal Rocha
José Pais Rangel	Tarcísio Augusto Carneiro
	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Charles Carvalho Guedes	Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo
Rafael Amorim de Amorim	(vago)
Manuel Jeremias Leite Caldas	Ronaldo Dias
Newton Brandão Ferraz Ramos	Rodrigo de Mesquita Pereira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente
César Vaz de Melo Fernandes	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretora de Relações e Recursos Humanos
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor de Distribuição e Comercialização
Dimas Costa	Diretor Comercial
Adézio de Almeida Lima	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	426.074	318.834
Títulos e Valores Mobiliários	6	327.680	253.191
Consumidores e Revendedores	7	2.414.864	2.496.149
Concessionários – Transporte de Energia	7	150.289	156.141
Tributos Compensáveis	8	154.990	103.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	308.520	227.445
Estoques		39.799	27.664
Contribuição de Iluminação Pública		148.646	144.128
Reembolso Subsídios Tarifários	11	63.751	71.695
Subvenção Baixa Renda		36.261	31.334
Ativos Financeiros da Concessão	13	397.725	860.466
Outros Créditos com a Eletrobrás	13	90.065	-
Outros		296.246	352.386
TOTAL DO CIRCULANTE		4.854.910	5.042.467
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	6	14.678	35.568
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	1.002.236	708.642
Tributos Compensáveis	8	122.855	188.263
Depósitos Vinculados a Litígios	10	1.071.535	1.030.696
Consumidores e Revendedores	7	57.829	58.453
Concessionários - Transporte de Energia	7	76.687	75.237
Outros Créditos		37.343	13.567
Ativos Financeiros da Concessão	13	216.107	625.173
Intangíveis	14	8.977.637	8.413.168
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.576.907	11.148.767
ATIVO TOTAL		16.431.817	16.191.234

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	17	319.472	2.984.287
Debêntures	17	1.190.069	362.188
Fornecedores	15	1.049.363	1.307.893
Impostos, Taxas e Contribuições	16	537.856	520.769
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		-	185.105
Salários e Encargos Sociais		149.928	147.453
Encargos Regulatórios	18	308.049	459.855
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		10.170	75.462
Obrigações Pós-Emprego	19	142.347	119.803
Contribuição de Iluminação Pública		273.668	257.883
Passivos Financeiros da Concessão	13	481.835	-
Outras		356.468	219.261
TOTAL DO CIRCULANTE		4.819.225	6.639.959
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	17	1.192.048	891.216
Debêntures	17	3.496.662	2.782.351
Provisões	20	347.514	291.169
Obrigações Pós-Emprego	19	2.795.139	2.108.908
Impostos, Taxas e Contribuições	16	614.569	631.774
Encargos Regulatórios	18	321.033	129.952
Passivos Financeiros da Concessão	13	323.140	-
Outras		22.620	20.057
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.112.725	6.855.427
TOTAL DO PASSIVO		13.931.950	13.495.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	21	2.361.998	2.361.998
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		410.000	-
Reservas de Lucros		509.810	735.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(781.941)	(402.107)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.499.867	2.695.848
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.431.817	16.191.234

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
RECEITA	22	10.596.503	12.962.302
CUSTOS OPERACIONAIS	23		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.260.411)	(6.992.822)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(759.929)	(813.313)
		<u>(6.020.340)</u>	<u>(7.806.135)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(917.935)	(799.898)
Materiais		(27.261)	(33.147)
Serviços de Terceiros		(593.103)	(595.278)
Amortização		(498.765)	(431.002)
Provisões (Reversões) Operacionais		(128.178)	(34.200)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(1.101.966)	(1.043.806)
Outros		<u>(40.208)</u>	<u>(29.441)</u>
		<u>(3.307.416)</u>	<u>(2.966.772)</u>
CUSTO TOTAL		(9.327.756)	(10.772.907)
LUCRO BRUTO		1.268.747	2.189.395
DESPESA OPERACIONAL	23		
Despesas com Vendas		(380.966)	(174.872)
Despesas Gerais e Administrativas		(504.835)	(464.976)
Outras Despesas Operacionais		<u>(474.798)</u>	<u>(336.349)</u>
		<u>(1.360.599)</u>	<u>(976.197)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		(91.852)	1.213.198
Receitas Financeiras	24	742.973	542.888
Despesas Financeiras	24	<u>(1.077.900)</u>	<u>(1.129.969)</u>
Resultado Antes dos Impostos		(426.779)	626.117
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9	4.907	(16.362)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	97.922	(239.546)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(323.950)	370.209
Resultado Básico e Diluído por ação		(0,137)	0,1591

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(323.950)	370.209
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	(379.834)	(169.319)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(703.784)	200.890

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos Destinados à aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	-	453.017	(232.788)	-	2.482.227
Resultado do Exercício	-	-	-	-	370.209	370.209
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	(169.319)	-	(169.319)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(169.319)	370.209	200.890
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0150 por ação)	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Dividendos Estatutários (R\$0,0668 por ação)	-	-	-	-	(155.355)	(155.355)
Aumento de capital	100.000	-	-	-	-	100.000
Constituição de Reserva Legal	-	-	18.510	-	(18.510)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	264.430	-	(161.344)	103.086
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	-	735.957	(402.107)	-	2.695.848
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(323.950)	(323.950)
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	(379.834)	-	(379.834)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(379.834)	(323.950)	(703.784)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(323.950)	-	323.950	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	410.000	-	-	-	410.000
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	-	97.803	-	-	97.803
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.361.998	410.000	509.810	(781.941)	-	2.499.867

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(323.950)	370.209
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	304.958	214.401
Amortização	524.584	443.766
Provisões para Perdas Operacionais	544.090	209.072
Perdas nas baixas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	38.607	84.351
Juros e Variações Monetárias	674.056	37.318
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros		
Componentes Financeiros	1.455.057	(1.703.627)
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(102.829)</u>	<u>255.908</u>
	3.114.573	(88.602)
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(299.057)	(1.155.615)
Concessionários – Transporte de Energia	4.402	(5.436)
Reembolso Subsídios Tarifários	7.944	273.201
Ativo Financeiro - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e		
Outros Componentes Financeiros	341.244	1.528.795
Tributos Compensáveis	13.452	132.068
Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.075)	(42.286)
Depósitos Vinculados a Litígios	(12.108)	(45.605)
Subvenção Baixa Renda	(4.927)	3.863
Outros	<u>55.657</u>	<u>(139.481)</u>
	25.532	549.504
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(258.530)	188.408
Tributos e Contribuição Social	(118)	158.838
IR e CSLL a pagar	24.742	39.256
Salários e Encargos Sociais	2.475	14.626
Encargos Regulatórios	39.275	341.882
Obrigações Pós-Emprego	(171.689)	(149.204)
Outros	<u>(121.519)</u>	<u>111.137</u>
	(485.364)	704.943
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	2.654.741	1.165.845
Juros Pagos	(1.209.021)	(510.036)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	<u>(19.835)</u>	<u>(55.618)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.425.885	600.191
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(53.599)	(186.214)
Em Fundos Vinculados	-	706
Em Intangível	<u>(964.395)</u>	<u>(893.789)</u>
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.017.994)	(1.079.297)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Obtidos	2.249.633	2.469.014
Pagamentos de Empréstimos	(2.872.982)	(1.967.754)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	(87.302)	(117.119)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	410.000	-
Aumento de Capital	-	100.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(300.651)	484.141
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	107.240	5.035
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	318.834	313.799
No fim do exercício	<u>426.074</u>	<u>318.834</u>
	107.240	5.035

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	2016		2015 Reapresentado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	18.106.496		20.963.228	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.101.966		1.043.806	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	7.582		575.631	
Outras Receitas	3.400		3.477	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(380.966)		(174.872)	
	<u>18.838.478</u>		<u>22.411.270</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.785.522)		(7.696.460)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(837.387)		(896.213)	
Serviços de Terceiros	(1.058.713)		(1.077.613)	
Materiais	(551.463)		(489.294)	
Outros Custos Operacionais	(477.332)		(251.204)	
	<u>(8.710.417)</u>		<u>(10.410.784)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>10.128.061</u>		<u>12.000.486</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(524.584)		(443.766)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>9.603.477</u>		<u>11.556.720</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	742.973		542.888	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>10.346.450</u>		<u>12.099.608</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	1.309.766	12,66	1.135.875	9,39
Remuneração Direta	828.372	8,01	836.513	6,92
Benefícios	353.698	3,42	249.184	2,06
FGTS	63.335	0,61	50.178	0,41
Programas de Desligamento de Empregados	64.361	0,62	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	8.064.057	77,94	9.235.358	76,32
Federais	3.649.525	35,27	5.572.298	46,05
Estaduais	4.410.711	42,63	3.660.399	30,25
Municipais	3.821	0,04	2.661	0,02
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.296.577	12,53	1.358.166	11,23
Juros	1.215.471	11,75	1.279.985	10,58
Aluguéis	81.106	0,78	78.181	0,65
Remuneração de Capital Próprio	(323.950)	(3,13)	370.209	3,06
Juros sobre capital próprio	-	-	35.000	0,29
Dividendos	-	-	155.355	1,28
Lucros (Prejuízos) Retidos	(323.950)	(3,13)	179.854	1,49
	<u>10.346.450</u>	<u>100,00</u>	<u>12.099.608</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.259.244 consumidores em 31 de dezembro de 2016 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de abril de 2017, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 9 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Nota 13 – Ativos e Passivos Financeiros da Concessão;
- Nota 14 – Intangíveis;
- Nota 19 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 20 – Provisões;
- Nota 22 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Nota 23 – Amortização;
- Nota 27 – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício de 2016:

- As alterações à IFRS 7/CPC 40 (R1) fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos;
- As alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade.
- As alterações à IFRS 5/CPC 31 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa).
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática;

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas, com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15/CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo com base em princípios para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a determinadas normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – abrangem os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE).

b) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor faturado e não faturado, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Ativos Vinculados à Concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Companhia mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

d) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados anteriormente no item “ativos vinculados à concessão”.

e) Redução ao Valor Recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

f) Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Benefícios de curto prazo a empregados – A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

h) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 13.

A Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

i) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.8. Reapresentações nas Demonstrações Financeiras de 2015

A Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos seus negócios (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 28 de março de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

R\$ mil	2015 Publicado	Reclassificações	2015 Reapresentado
RECEITA	12.386.671	575.631	12.962.302
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.992.822)	-	(6.992.822)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(813.313)	-	(813.313)
	<u>(7.806.135)</u>	-	<u>(7.806.135)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores	(799.898)	-	(799.898)
Materiais	(33.147)	-	(33.147)
Serviços de Terceiros	(595.278)	-	(595.278)
Amortização	(431.002)	-	(431.002)
Provisões (Reversões) Operacionais	(34.200)	-	(34.200)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.043.806)	-	(1.043.806)
Outros	(29.441)	-	(29.441)
	<u>(2.966.772)</u>	-	<u>(2.966.772)</u>
CUSTO TOTAL	(10.772.907)	-	(10.772.907)
LUCRO BRUTO	1.613.764	575.631	2.189.395
DESPESA OPERACIONAL			
Despesas com Vendas	(174.872)	-	(174.872)
Despesas Gerais e Administrativas	(464.976)	-	(464.976)
Outras Despesas Operacionais	(366.267)	29.918	(336.349)
	<u>(1.006.115)</u>	29.918	<u>(976.197)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	607.649	605.549	1.213.198
Receitas Financeiras	1.148.437	(605.549)	542.888
Despesas Financeiras	(1.129.969)	-	(1.129.969)
Resultado Antes dos Impostos	626.117	-	626.117
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(16.362)	-	(16.362)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(239.546)	-	(239.546)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	370.209	-	370.209
Resultado Básico e Diluído por ação ordinária	0,1591	-	0,1591

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R\$ mil	2015 Publicado	Reclassificações	2015 Reapresentado		
RECEITAS					
Venda de Energia e Serviços	20.963.228	-	20.963.228		
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.043.806	-	1.043.806		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	-	575.631	575.631		
Outras Receitas	3.477	-	3.477		
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(174.872)	-	(174.872)		
	<u>21.835.639</u>	<u>575.631</u>	<u>22.411.270</u>		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.696.460)	-	(7.696.460)		
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(896.213)	-	(896.213)		
Serviços de Terceiros	(1.077.613)	-	(1.077.613)		
Materiais	(489.294)	-	(489.294)		
Outros Custos Operacionais	(281.122)	29.918	(251.204)		
	<u>(10.440.702)</u>	<u>29.918</u>	<u>(10.410.784)</u>		
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>11.394.937</u>	<u>605.549</u>	<u>12.000.486</u>		
RETENÇÕES					
Amortização	(443.766)	-	(443.766)		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>10.951.171</u>	<u>605.549</u>	<u>11.556.720</u>		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas Financeiras	1.148.437	(605.549)	542.888		
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>12.099.608</u>	<u>-</u>	<u>12.099.608</u>		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		<u>%</u>		<u>%</u>	
Empregados	1.135.875	9,39	-	1.135.875	9,39
Remuneração Direta	836.513	6,92	-	836.513	6,92
Benefícios	249.184	2,06	-	249.184	2,06
FGTS	50.178	0,41	-	50.178	0,41
Impostos, Taxas e Contribuições	9.235.358	76,32	-	9.235.358	76,32
Federais	5.572.298	46,05	-	5.572.298	46,05
Estaduais	3.660.399	30,25	-	3.660.399	30,25
Municipais	2.661	0,02	-	2.661	0,02
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.358.166	11,23	-	1.358.166	11,23
Juros	1.279.985	10,58	-	1.279.985	10,58
Aluguéis	78.181	0,65	-	78.181	0,65
Remuneração de Capital Próprio	370.209	3,06	-	370.209	3,06
Juros sobre capital próprio	35.000	0,29	-	35.000	0,29
Dividendos	155.355	1,28	-	155.355	1,28
Lucros (Prejuízos) Retidos	179.854	1,49	-	179.854	1,49
	<u>12.099.608</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>12.099.608</u>	<u>100,00</u>

3. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de Distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de produtividade, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita uma revisão tarifária extraordinária, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Renovação das Concessões

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínima;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Contas Bancárias	82.447	41.337
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	225.779	239.127
Overnight	117.848	38.370
	343.627	277.497
	426.074	318.834

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 106,5% em 2016 (75% a 105% em 2015), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64% a.a. em 2016 (14,14% a.a. em 2015).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Certificados de depósitos bancários	10.471	73.393
Letras Financeiras – Bancos	236.424	140.294
Letras Financeiras do Tesouro	61.463	27.491
Debêntures	33.358	47.151
Outros	642	430
	342.358	288.759
Ativo Circulante	327.680	253.191
Ativo Não Circulante	14.678	35.568

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 98,5% a 105,25% em 2016 (75% a 105% em 2015), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI em 2016 (105% a 116,7% do CDI em 2015).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI em 2016 (105,4% a 113% do CDI em 2015).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 25.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2016	2015
Residencial	796.488	403.166	250.039	1.449.693	1.380.543
Industrial	153.794	46.641	114.906	315.341	359.202
Comércio, Serviços e Outras	402.023	103.980	175.845	681.848	700.780
Rural	136.414	56.352	64.130	256.896	242.413
Poder Público	77.286	28.794	53.068	159.148	152.591
Iluminação Pública	34.502	2.379	5.474	42.355	56.374
Serviço Público	68.214	11.385	21.890	101.489	118.392
Subtotal – Consumidores	1.668.721	652.697	685.352	3.006.770	3.010.295
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	18
Concessionários – Transporte de Energia	211.016	10.202	73.492	294.710	342.891
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(602.689)	(602.689)	(568.085)
	1.879.737	662.899	157.033	2.699.669	2.785.980
Ativo Circulante				2.565.153	2.652.290
Ativo Não Circulante				134.516	133.690

O ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2016	2015
Residencial	250.039	212.849
Industrial	88.555	92.992
Comércio, Serviços e Outras	145.179	108.527
Rural	22.093	17.206
Poder Público	9.444	11.318
Iluminação Pública	4.471	4.131
Serviço Público	15.174	9.549
Concessionários – Transporte de Energia	67.734	111.513
	602.689	568.085

A movimentação do ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	601.258
Constituições (reversões) de perdas	174.872
Baixas	(208.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085
Constituições (reversões) de perdas	380.966
Baixas	(346.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.689

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	2016	2015
Circulante		
ICMS a Recuperar	86.866	53.493
COFINS	53.566	38.442
PIS-PASEP	11.631	8.346
Outros	2.927	2.753
	154.990	103.034
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	119.138	122.289
COFINS	3.117	54.267
PIS-PASEP	600	11.707
	122.855	188.263
	277.845	291.297

Os créditos de PIS-PASEP, COFINS e ICMS a recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas novas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei nº 11.774/08. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2017.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	2016	2015
Circulante		
Imposto de Renda	221.656	153.221
Contribuição Social	86.864	74.224
	308.520	227.445

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2016	2015
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	84.581	-
Obrigações Pós-Emprego	805.292	558.256
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	219.761	201.009
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	118.155	98.997
Taxa de Administração	6.751	7.126
Outros	3.447	25.648
	1.391.142	1.044.191
Passivos Fiscais Diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(220.820)	(220.815)
Encargos Financeiros Capitalizados	(148.559)	(107.676)
Custo de Captação	(19.527)	(7.058)
	(388.906)	(335.549)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	1.002.236	708.642

(1) Referente à provisão de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS, com exigibilidade suspensa pelos depósitos judiciais.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(239.546)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	87.224
Saldo em 31 de dezembro de 2015	708.642
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	97.922
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	195.672
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.002.236

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 11 de abril de 2017, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 11 de abril de 2017.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo:

	2016
2017	171.095
2018	155.548
2019	196.463
2020	161.144
2021	301.764
2022 a 2024	243.078
2025 a 2026	162.050
	1.391.142

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2016	2015
Resultado Antes dos Impostos	(426.779)	626.117
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	145.105	(212.880)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Contribuições e Doações Inadotáveis	(2.661)	(1.956)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	4.000	(574)
Multas Inadotáveis	(15.182)	(9.411)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(12.370)	(11.218)
Outros	(16.063)	(19.869)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	102.829	(255.908)
Alíquota Efetiva	24,09%	40,87%
Corrente	4.907	(16.362)
Diferido	97.922	(239.546)

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2016 é de R\$8.083.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2016	2015
Trabalhista	285.030	268.750
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	129.248	108.862
	747.570	727.184
Outros		
Regulatório	18.230	18.070
Cível	7.270	4.049
Relações de Consumo	3.578	2.289
Bloqueio Judicial	4.607	6.114
Outros	5.250	4.240
	38.935	34.762
	1.071.535	1.030.696

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$791.609 (R\$801.235 em 2015). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$71.695 em 2015), reconhecidos no ativo circulante.

12. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 2016, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$341.244 (R\$1.124.377 em 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2016	2015
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	216.107	135.983
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	397.725	1.349.656
	613.832	1.485.639
Ativo Circulante	397.725	860.466
Ativo Não Circulante	216.107	625.173

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2016	2015
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	804.975	-
Passivo Circulante	481.835	-
Passivo Não Circulante	323.140	-

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Em 21 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, prorrogando as Concessões por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2045. Desta forma, para definição do Ativo Financeiro, foi utilizado como referência o novo Termo Aditivo assinado, com a transferência para o Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2015, da parcela do Ativo Financeiro que será utilizada durante a vigência do novo prazo de concessão.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682
Transf. Financeiro - Intangível pela Prorrogação das Concessões	(7.161.504)
Transferências do Ativo Intangível	808.119
Baixas	(29.945)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	575.631
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983
Transferências do Ativo Intangível	72.891
Baixas	(349)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	7.582
Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Demonstrações Financeiras os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 31/12/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da “Parcela A”						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	202.802	(144.864)	-	(99.977)	202.802	(244.841)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	6.717	-	3.309	-	10.026	-
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.577	-	1.603	-	9.180	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	15.677	(84)	1.734	-	17.411	(84)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(166.851)	-	(77.201)	-	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.676.110	(1.299.953)	370.140	(402.366)	2.046.250	(1.702.319)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(137.706)	-	(22.799)	-	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	79.539	(46.470)	887	(32.070)	80.426	(78.540)
Outros Itens Financeiros	2.783	(265.775)	-	(66.401)	2.783	(332.176)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(13.611)	-	-	-	(13.611)
TOTAL	1.991.205	(2.075.314)	377.673	(700.814)	2.368.878	(2.776.128)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802	-
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	45.024	(328)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.576	(2)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	6.655	(1.168)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	323	(307.968)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	2.592.999	(942.988)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	-	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	118.740	(1.834)
Outros Itens Financeiros	10.917	(699)	170.345	-	181.262	(699)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(157.586)	-	-	-	(157.586)
TOTAL	2.423.445	(1.562.979)	868.936	(379.746)	3.292.381	(1.942.725)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/12/2016	31/12/2015
Ativo	1.443.964	924.914	2.368.878	3.292.381
Passivo	(1.046.239)	(1.729.889)	(2.776.128)	(1.942.725)
Total Líquido Apresentado no Balanço	397.725	(804.975)	(407.250)	1.349.656

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	2.284.168
(-) Realização	(580.541)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(1.528.795)
(+) Atualização Selic	68.149
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(858.003)
(-) Realização	(597.054)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(341.244)
(-) Transferência (2)	(164.957)
(+) Atualização Selic (3)	204.352
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12.

(2) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foi reclassificado para Créditos junto à Eletrobras, e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme Despacho emitido pela ANEEL em 2016.

(3) Inclui complemento relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

14. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12, contratos de concessão, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016			2015		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	14.168.765	(6.630.859)	7.537.906	13.477.712	(6.240.383)	7.237.329
Intangível em Curso	1.439.731	-	1.439.731	1.175.839	-	1.175.839
Total Intangível	15.608.496	(6.630.859)	8.977.637	14.653.551	(6.240.383)	8.413.168

b) Mutação do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231
Adições	1.043.806
Transferência Financeiro - Intangível pela Prorrogação das Concessões (1)	7.161.504
Transferências para o Ativo Financeiro	(808.119)
Baixas	(24.488)
Amortização	(443.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.168
Adições	1.101.966
Transferências para o Ativo Financeiro	(72.891)
Baixa de Obrigação Especial (2)	98.236
Baixas	(38.258)
Amortização	(524.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.977.637

(1) Vide comentários na Nota Explicativa nº 13.

(2) A baixa de Obrigação Especial decorre da celebração de contratos de Confissão de Dívida e Reconhecimento de Débito com a Eletrobrás, no montante de R\$98.236, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção do Programa Luz Para Todos, com recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à Reserva Global de Reversão (RGR).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$1.101.966 está contemplado R\$137.571 a título de Encargos Financeiros Capitalizados (R\$150.017 em 2015), conforme apresentado na Nota Explicativa 17.

Ativos da Concessão de Distribuição

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A taxa de amortização média anual da Companhia é de 3,85% em 2016 (3,87% em 2015). As principais taxas anuais de amortização, de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do Sistema	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – Poste do Sistema	3,57	Equipamento Geral	6,25
Transformador de Distribuição Aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de Capacitores	6,67		
Regulador de Tensão	4,35		

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil bruto de R\$2.242.966 (R\$2.110.463 em 2015) referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

15. FORNECEDORES

	2016	2015
Energia de curto prazo - CCEE	125.066	302.582
Encargos de uso da rede elétrica	52.441	57.708
Energia elétrica comprada para revenda	422.727	417.770
Itaipu binacional	206.827	314.859
Materiais e serviços	242.302	214.974
	1.049.363	1.307.893

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2016	2015
Circulante		
ICMS	426.984	372.450
COFINS	63.626	89.871
PIS-PASEP	13.786	19.122
INSS	16.733	15.228
ISSQN	5.891	6.524
Outros	10.836	17.574
	537.856	520.769
Não Circulante		
COFINS	505.018	519.818
PIS-PASEP	109.551	111.956
	614.569	631.774
	1.152.425	1.152.543

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante contemplam o montante de R\$612.622, que refere-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos.

A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2016						2015
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.398	21.651	23.049	32.109
KFW	2016	4,50%	Euro	-	-	-	2.804
Dívida em Moeda Estrangeira				1.398	21.651	23.049	34.913
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A (2)	2018	128,00 % do CDI	R\$	-	-	-	803.698
Banco do Brasil S.A	2017	108,33% do CDI	R\$	72.242	-	72.242	143.937
Banco do Brasil S.A	2017	111,00% do CDI	R\$	50.308	-	50.308	99.759
Banco do Brasil S.A	2020	114,00% do CDI	R\$	7.579	493.773	501.352	499.017
Nota Promissória 8ª Emissão	2016	111,70% do CDI	R\$	-	-	-	1.889.350
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	18.514	49.528	68.042	184.764
Grandes Consumidores (3)	2018	Diversas	R\$	3.727	2.590	6.317	7.866
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	100.459	8.333	108.792	200.876
BNDES	2020	TJLP+2,48%	R\$	-	-	-	11.323
Caixa Econômica Federal	2020	132,14 % do CDI	R\$	65.245	616.173	681.418	-
Dívida em Moeda Nacional				318.074	1.170.397	1.488.471	3.840.590
Total de Empréstimos e Financiamentos				319.472	1.192.048	1.511.520	3.875.503
Debêntures							
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (4)	2018	CDI + 0,69%	R\$	53.085	410.795	463.880	461.258
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	59.050	1.436.058	1.495.108	1.402.391
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	38.290	856.628	894.918	839.428
Debêntures 2ª Emissão (4)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	235.136	-	235.136	441.462
Debêntures 4ª Emissão (4)	2018	CDI + 4,05 %	R\$	804.508	793.181	1.597.689	-
Total de Debêntures				1.190.069	3.496.662	4.686.731	3.144.539
Total Geral				1.509.541	4.688.710	6.198.251	7.020.042

- (1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$146.838, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$123.789. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Foram celebrados, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário no valor total de R\$600 milhões e vencimentos em abril de 2018, para rolagem de dívidas. Em 21 de outubro de 2016, a Companhia antecipou a liquidação, com recursos próprios, destas duas Cédulas de Crédito Bancário, no valor total de R\$ 600 milhões, acrescidos de juros no montante de R\$25 milhões.
- (3) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- (4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.398	-	-	-	-	-	-	21.651	23.049
Total por Moedas	1.398	-	-	-	-	-	-	21.651	23.049
Indexadores									
IPCA (1)	332.477	(393)	473.802	473.801	488.418	214.242	214.241	428.574	2.625.162
UFIR/RGR (2)	18.514	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.378	-	68.042
CDI (3)	1.153.426	1.649.180	436.824	236.251	-	-	-	-	3.475.681
TR (4)	1.790	401	100	-	-	-	-	-	2.291
IGP-DI (5)	1.936	846	846	398	-	-	-	-	4.026
Total por Indexadores	1.508.143	1.666.391	924.484	721.660	491.825	217.506	216.619	428.574	6.175.202
Total Geral	1.509.541	1.666.391	924.484	721.660	491.825	217.506	216.619	450.225	6.198.251

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Taxa Referencial (TR);
 (5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada em 2016 %	Varição Acumulada em 2015 %	Indexador	Varição Acumulada em 2016 %	Varição Acumulada em 2015 %
Dólar Norte-Americano	(16,54)	47,01	IPCA	6,29	10,67
Euro	(19,10)	31,71	CDI	14,06	13,23

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	2.500.000
Custos de Captação	(30.986)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.469.014
Varição Monetária e Cambial	280.760
Encargos Financeiros Provisionados	699.808
Encargos Financeiros Pagos	(510.036)
Amortização de Empréstimos	(1.967.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042
Empréstimos Obtidos	2.310.000
Custos de Captação	(60.367)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.249.633
Varição Monetária e Cambial	159.757
Encargos Financeiros Provisionados	850.822
Encargos Financeiros Pagos	(1.209.021)
Amortização de Empréstimos	(2.872.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.198.251

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2016	2015
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	850.822	699.808
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(137.571)	(150.017)
Efeito Líquido no Resultado	713.251	549.791

(1) A taxa média de capitalização foi de 18,02% em 2016 (15,25% em 2015).

Captações de Recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal (1)	22/03/2016	2020	132,14% do CDI	675.008
Debêntures (2)	28/03/2016	2018	CDI + 4,05%	1.574.625
Total de Captações				2.249.633

*Líquido do custo de captação.

- (1) Emissão de Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$695 milhões de reais para pagamento de dívidas vincendas no primeiro semestre de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para início de pagamento da parcela principal, com pagamento trimestral de juros nesse período e amortização em 30 meses, com pagamento mensal das parcelas de principal e juros;
- (2) 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015 e prazo de vigência de 3 anos, para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% e o montante principal será amortizado em duas parcelas iguais vincendas em dezembro de 2017 e 2018.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2016, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Notas Promissórias e Aval	3.431.653
Recebíveis	2.525.144
Sem Garantia	241.454
TOTAL	6.198.251

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2016, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 2016	Saldo em 2015
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	463.880	461.258
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.495.108	1.402.391
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	894.918	839.428
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	235.136	441.462
4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	1.597.689	-
TOTAL			4.686.731	3.144.539

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“*Covenants*”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “*Covenants*”

A Companhia não possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“*Covenants*”). O contrato de dívida com cláusulas restritivas foi liquidado no exercício de 2016.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2016	2015
Eficiência Energética	290.687	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	77.065	41.895
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	181.491	276.346
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.996	30.997
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.361	1.287
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	-	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	17.224	655
	629.082	589.807
Passivo Circulante	308.049	459.855
Passivo Não Circulante	321.033	129.952

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$570.184 em 31 de dezembro de 2016 (R\$587.984 em 31 de dezembro de 2015). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2016	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	6.064.569	1.258.299	27.435	587.630	7.937.933
Valor Justo dos Ativos do Plano	(5.037.131)	-	-	-	(5.037.131)
Passivo Líquido inicial	1.027.438	1.258.299	27.435	587.630	2.900.802
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	36.684	-	-	-	36.684
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014	5.152.364	821.325	23.566	482.852	6.480.107
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(4.912)	31.400	704	(50.044)	(22.852)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(507.650)	92.465	(567)	(85.963)	(501.715)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	276.670	(22.810)	(3.120)	46.202	296.942
	(235.892)	101.055	(2.983)	(89.805)	(227.625)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Benefícios Pagos	(460.535)	(54.721)	(1.624)	(8.418)	(525.298)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2015	5.051.394	971.830	21.959	398.662	6.443.845
Custo do Serviço Corrente	3.263	6.202	133	1.924	11.522
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	635.783	127.681	2.885	52.057	818.406
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(567)	-	-	40	(527)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	777.321	289.287	6.461	126.564	1.199.633
Decorrentes de ajustes com base na experiência	99.907	(66.083)	(2.525)	15.847	47.146
	876.661	223.204	3.936	142.451	1.246.252
Benefícios Pagos	(502.532)	(70.618)	(1.478)	(7.464)	(582.092)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2016	6.064.569	1.258.299	27.435	587.630	7.937.933

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	5.100.577
Retorno real dos investimentos	(509.349)
Contribuições do Empregador	84.441
Benefícios pagos	(460.535)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	4.215.134
Retorno real dos investimentos	1.232.400
Contribuições do Empregador	92.129
Benefícios pagos	(502.532)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2016	5.037.131

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2016 e 2015 são como segue:

2016	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.263	6.202	133	1.924	11.522
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	635.783	127.681	2.885	52.057	818.406
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(524.970)	-	-	-	(524.970)
Despesa Total em 2016 conforme cálculo atuarial	114.076	133.883	3.018	53.981	304.958

2015	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(590.593)	-	-	-	(590.593)
Custo do serviço passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Despesa Conforme Cálculo Atuarial	4.864	104.171	3.000	14.033	126.068
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	88.333	-	-	-	88.333
Despesa Total em 2015	93.197	104.171	3.000	14.033	214.401

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução nas obrigações pós-emprego, em contrapartida ao resultado de 2015, no montante de R\$45.892.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa Reconhecida no Resultado	93.197	104.171	3.000	59.925	260.293
Contribuições Pagas	(84.441)	(54.721)	(1.624)	(8.418)	(149.204)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	248.276	101.055	(2.983)	(89.805)	256.543
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
Despesa Reconhecida no Resultado	114.076	133.883	3.018	53.981	304.958
Contribuições Pagas	(92.129)	(70.618)	(1.478)	(7.464)	(171.689)
Perdas atuariais (*)	205.915	223.204	3.936	142.451	575.506
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486
				2016	2015
Passivo Circulante				142.347	119.803
Passivo Não Circulante				2.795.139	2.108.908

(*) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2016 e 2015, as despesas relacionadas à dívida com a Forluz foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão e com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida foram registradas como despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2017 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	2.819	8.244	184	2.652	13.899
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	609.799	130.916	2.855	61.292	804.862
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(503.012)	-	-	-	(503.012)
Despesa Total em 2017 conforme cálculo atuarial	109.606	139.160	3.039	63.944	315.749

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2017 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de Pagamento de Benefícios	525.146	73.796	1.545	7.800	608.287

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2017 no montante de R\$96.275 para amortização da dívida pactuada e de R\$73.279 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,58	11,83	13,38	13,38	11,83

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2016	2015
Ações de empresas brasileiras	3,81%	6,91%
Títulos de Renda Fixa	74,79%	66,24%
Imóveis	8,27%	9,76%
Outros	13,13%	17,09%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig Distribuição:

	2016	2015
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	218.825	248.776
Imóveis da Fundação Ocupados pela Patrocinadora	548.830	177.790
	767.655	426.566

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2016	2015
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	13,20%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,50%	13,20%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	174.419	18.822	411	-	193.652
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	-	-	-	21.914	21.914
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	608.207	164.639	3.548	111.048	887.442

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	216.101	93.178	(1.428)	(41.732)	266.119
Cíveis					
Relações de Consumo	14.084	14.605	(778)	(14.604)	13.307
Outras Ações Cíveis	26.885	15.988	-	(6.031)	36.842
	40.969	30.593	(778)	(20.635)	50.149
Tributárias	3.313	510	(71)	(78)	3.674
Ambientais	60	-	(60)	-	-
Regulatórias	20.814	2.270	-	(1.649)	21.435
Outras	9.912	7.861	(3.897)	(7.739)	6.137
Total	291.169	134.412	(6.234)	(71.833)	347.514

	2014	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	236.345	28.927	(22.364)	(26.807)	216.101
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	13.257	(2.027)	(13.111)	14.084
Outras Ações Cíveis	23.694	8.330	(99)	(5.040)	26.885
	39.659	21.587	(2.126)	(18.151)	40.969
Tributárias	9.561	990	(7.098)	(140)	3.313
Ambientais	51	9	-	-	60
Regulatórias	10.874	10.355	(322)	(93)	20.814
Outras	6.632	5.072	(830)	(962)	9.912
Total	303.122	66.940	(32.740)	(46.153)	291.169

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.327.216 (R\$769.656 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$266.119 (R\$216.101 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$23.092 (R\$18.685 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$13.307 (R\$14.084 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$187.700 (R\$158.141 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$36.842 (R\$26.885 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$26.668 (R\$17.539 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$3.674 (R\$3.313 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$156.550 (R\$135.494 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$21.435 (R\$20.814 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$89.117 (R\$65.870 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$6.137 (R\$9.972 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$182.739 (R\$169.518 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$207.876 (R\$188.968 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.039.997 (R\$937.279 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$116.357 (R\$311.370 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A redução no valor da contingência decorre, principalmente, da reavaliação pela Receita Federal dos valores envolvidos nos processos onde se discute o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$186.972 (R\$164.172 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$82.129. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$23.510 (R\$20.782 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.281.195 (R\$1.279.556 em 31 de dezembro de 2015), para os quais a Cemig classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Cemig, caso a mesma venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A ANEEL considerou, parcialmente, o recurso interposto pela Companhia e reduziu o valor da multa, sendo o montante desta contingência de R\$2.628 (R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$253.731 (R\$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$316.675 (R\$272.443 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$236.703 (R\$202.172 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$71.396 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$25.650 (R\$23.885 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$150.761 (R\$117.852 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

	2016	2015
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	(323.950)	370.209
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	-	185.105
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	-	5.250
	-	190.355
Dividendos declarados		
Dividendos Estatutários	-	155.355
Juros sobre capital próprio	-	35.000
	-	190.355
Dividendos por ação - R\$		
Dividendos Obrigatórios	-	0,08
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto	-	0,08

Proposta de Absorção do Prejuízo de 2016

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 12 de maio de 2017, a proposta de absorção do Prejuízo de 2016, no montante de R\$323.950, pela conta de Reserva de Retenção de Lucros.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	224.986	224.986
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	8.083	936
Reserva de Retenção de Lucros	276.741	510.035
	509.810	735.957

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Como foi apurado prejuízo no exercício de 2016, a Companhia não constituiu Reserva Legal neste exercício.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou o pagamento de dividendos no valor total de R\$92.552, valor este inferior ao mínimo estatutário. O valor que deixou de ser distribuído como dividendo obrigatório corresponde ao montante de R\$97.803, que foi transferido da conta de Dividendos a Pagar para a Reserva de Lucros em 2016.

Reserva de Incentivos Fiscais

As Reservas de Incentivos Fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2016 é de R\$8.083.

Resultado por ação

O Resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2016	2015
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.327.276
Resultado do Exercício	(323.950)	370.209
Resultado Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,1373)	0,1591

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Resultado Diluído é igual ao Resultado Básico.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.

22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2016	2015 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	16.687.191	16.515.493
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	1.740.685	1.499.829
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(1.455.057)	1.703.627
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	1.101.966	1.043.806
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	7.582	575.631
Outras Receitas Operacionais (f)	1.133.677	1.244.279
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(8.619.541)	(9.620.363)
	10.596.503	12.962.302

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2016	2015	2016	2015
Residencial	9.915.807	9.829.992	7.819.175	7.297.557
Industrial	3.194.872	3.757.203	1.813.176	2.071.900
Comércio, Serviços e Outros	5.711.647	6.026.533	4.137.293	3.859.963
Rural	3.574.724	3.379.734	1.463.470	1.406.590
Poder Público	885.748	892.368	544.554	547.707
Iluminação Pública	1.350.405	1.325.525	528.378	532.603
Serviço Público	1.252.043	1.204.461	546.764	540.386
Subtotal	25.885.246	26.415.816	16.852.810	16.256.706
Consumo Próprio	37.140	37.661	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(165.619)	258.787
Total	25.922.386	26.453.477	16.687.191	16.515.493

(*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 14 e 23 das Demonstrações Financeiras.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos.

f) Outras Receitas Operacionais

	2016	2015
Serviço Taxado	5.628	13.504
Outras Prestações de Serviços	12.869	10.938
Subvenções (*)	1.000.745	995.616
Aluguel e Arrendamento	108.653	97.514
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	-	71.760
Outras	5.782	54.947
	1.133.677	1.244.279

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2016	2015
Impostos sobre a Receita		
ICMS (1)	4.408.842	3.658.807
PIS-PASEP	299.345	346.913
COFINS	1.378.813	1.597.902
ISSQN	535	434
	6.087.535	5.604.056
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	58.056	45.151
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	2.039.925	2.844.510
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	23.222	18.060
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	23.222	18.060
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	11.612	9.030
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	360.012	1.066.860
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	15.957	14.636
	2.532.006	4.016.307
	8.619.541	9.620.363

(1) A partir de 01 de janeiro de 2016, a alíquota dos consumidores comerciais, serviços e outras atividades foi alterada de 18% para 25% (Decreto nº 46.924, de 29 de dezembro de 2015).

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015 Reapresentado
Pessoal (a)	1.146.685	999.655
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	9.790	94.815
Obrigações Pós-Emprego - nota 19	230.628	121.204
Materiais	41.820	50.651
Serviços de Terceiros (b)	673.823	697.484
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	5.260.411	6.992.822
Amortização	524.584	443.766
Provisões Operacionais (d)	544.090	209.072
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	759.929	813.313
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	1.101.966	1.043.806
Outras Despesas Líquidas (f)	394.629	282.516
	10.688.355	11.749.104

a) Despesas com Pessoal	2016	2015
Remunerações e Encargos	949.414	882.400
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	67.538	58.863
Benefícios Assistenciais	131.631	108.315
	1.148.583	1.049.578
(-) Custos com Pessoal Transferidos para o Ativo	(53.946)	(51.612)
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	(12.313)	1.689
Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	64.361	-
	1.146.685	999.655

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2016, a Companhia criou o PDVP, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorreu no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia.

b) Serviços de Terceiros	2016	2015
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	140.281	121.876
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	202.718	179.976
Comunicação	70.535	72.799
Conservação e Limpeza de Prédios	65.491	69.838
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	6.236	27.564
Corte e Religação	7.417	25.755
Podas de Árvores	13.624	22.985
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	17.038	17.090
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	41.519	40.359
Mão de Obra Contratada	7.884	3.187
Hospedagem e Alimentação	9.069	12.095
Vigilância	10.482	11.909
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	3.372	4.638
Manutenção e Conservação de Veículos	4.779	7.251
Reprografia e Publicações Legais	14.064	11.647
Consultoria	4.972	7.709
Outros	54.342	60.806
	673.823	697.484

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	2016	2015
Energia de Itaipu Binacional	1.143.974	1.734.227
Contratos por Cotas de Garantia Física	549.945	252.485
Cotas das Usinas de Angra I e II	216.906	199.731
Energia de Curto Prazo	680.008	849.444
Contratos Bilaterais	282.058	309.579
Energia adquirida em Leilão	2.586.410	4.098.355
PROINFA	323.446	252.639
Geração Distribuída	2.775	-
Créditos de PASEP/COFINS	(525.111)	(703.638)
	5.260.411	6.992.822

d) Provisões (Reversões) Operacionais	2016	2015
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	380.966	174.872
Ajuste para perdas em Outros Créditos a Receber (1)	34.946	-
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	91.750	6.563
Cíveis	29.815	19.461
Tributárias	439	(6.108)
Ambientais	(60)	9
Regulatórias	2.270	10.033
Outras	3.964	4.242
	128.178	34.200
	544.090	209.072

(1) O Ajuste para perdas em Outros Créditos a Receber é apresentado na demonstração de resultado como despesa operacional.

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	2016	2015
Pessoal	57.134	64.597
Materiais	509.643	438.643
Serviços de Terceiros	384.884	380.123
Encargos Financeiros	137.571	150.017
Aquisição de Imóveis e Instalações	341	1.852
Arrendamentos e Aluguéis	1.427	1.004
Impostos e Taxas	876	1.248
Outros	10.090	6.322
	1.101.966	1.043.806

f) Outras Despesas Líquidas	2016	2015 Reapresentado
Arrendamentos e Aluguéis	76.740	75.010
Propaganda e Publicidade	11.758	8.684
Consumo Próprio de Energia Elétrica	22.170	21.397
Subvenções e Doações	11.915	10.175
Anuidade CCEE	3.758	4.078
Seguros	2.123	1.985
Forluz – Custeio Administrativo	18.500	16.262
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	111.606	28.096
Agentes Arrecadadores	70.376	70.720
Outras	65.683	46.109
	394.629	282.516

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	130.079	60.092
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	264.890	220.507
Variações Cambiais	59.491	76.199
Variações Monetárias	55.041	8.434
Variação Monetária Depósitos Judiciais	28.731	119.535
Variação Monetária – CVA	204.352	68.149
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(27.729)	(36.339)
Outras	28.118	26.311
	742.973	542.888
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(713.251)	(549.791)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(74.330)	(93.197)
Variações Cambiais	(34.462)	(168.348)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(169.558)	(272.590)
Variação Monetária de P&D e PEE	(29.773)	(19.356)
Outras Variações Monetárias	(5.274)	(3.883)
Outras	(51.252)	(22.804)
	(1.077.900)	(1.129.969)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(334.927)	(587.081)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	8.851	12.462	-	-	(30.418)	(23.346)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	-	185.105	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	621	1.563	-	-	(6.196)	(2.898)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.714	3.710	17.505	11.464	39.822	37.258	(151.109)	(206.422)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	293	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.037	10.519	-	-	(77.819)	(105.700)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	17.636	15.639	-	-	(152.783)	(137.697)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.755	-	-	-	(49.346)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	710	1.478	-	-	(6.944)	(6.365)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	71.340	18.674	-	-	152.016	149.813	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.111	6.616	-	-	(64.943)	(60.404)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.460	1.652	-	-	(13.605)	(16.838)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	253	811	-	-	3.025	4.829	-	-
Prestação de Serviço (4)	-	-	3.399	955	-	-	(11.861)	(11.449)
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	463.368	302.865	-	-	78.845	17.943	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	14.679	4.968	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (5)	-	-	62.420	55.040	-	-	(114.076)	(93.197)
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(67.538)	(58.863)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(18.500)	(16.262)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	5.948	1.194	-	-	(26.607)	(14.160)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (5)	-	-	1.001.702	781.220	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	72.463	56.345	-	-	(136.901)	(107.171)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.213.271	937.444	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.
- (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 19);
- (6) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 23) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel do edifício sede;
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 15 e 22 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2016	2015
				Cemig Distribuição 24,94%	Cemig Distribuição 22,22%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.427	2.520
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	-	11.076
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	2.722	2.402
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	13.034	11.884
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	4.832
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	6.041
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.522	2.235
Brasorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	632
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	2.470	-
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	2.323	-
				24.498	41.622

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	2016	2015
Remuneração	7.430	5.881
Participação nos Resultados (Reversão)	(429)	761
Benefícios Assistenciais	702	548
Total	7.703	7.190

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$16.632 em 31 de dezembro de 2016 e R\$37.139 em 31 de dezembro de 2015, incluído na nota explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$16.628 em 31 de dezembro de 2016 e R\$37.082 em 31 de dezembro de 2015, foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Passivos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$6.198.251 (R\$7.020.042 em 31 de dezembro de 2015) e o valor justo é de R\$6.089.851 (R\$6.427.743 em 31 de dezembro de 2015), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em Empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2016		2015	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	7.072	23.049	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	62.320	206.827	82.983	314.859
	69.392	229.876	91.206	346.968
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	-	-	660	2.804
Passivo Líquido Exposto		229.876		349.772

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real no final de 2017 será uma valorização de 2,82% (R\$3,351). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2016	Cenário Dólar R\$3,351	Cenário Dólar R\$4,189	Cenário Dólar R\$5,027
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	23.049	23.700	29.627	35.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	206.827	212.666	265.848	319.031
Passivo Líquido Exposto	229.876	236.366	295.475	354.585
Efeito Líquido da Variação Cambial		6.490	65.599	124.709

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2016	2015
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	343.627	277.497
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	342.358	288.759
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 13)	397.725	1.349.656
Outros Créditos com a Eletrobrás	90.065	-
	1.173.775	1.915.912
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 17)	(3.475.681)	(4.097.895)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 13)	(804.975)	-
	(4.280.656)	(4.097.895)
Passivo Líquido Exposto	(3.106.881)	(2.181.983)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa SELIC será de 9,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 9,00%	Cenário SELIC 11,25%	Cenário SELIC 13,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	343.627	374.553	382.285	390.017
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	342.358	373.170	380.873	388.576
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	397.725	433.520	442.469	451.418
Outros Créditos com a Eletrobrás	90.065	98.171	100.197	102.224
	<u>1.173.775</u>	<u>1.279.414</u>	<u>1.305.824</u>	<u>1.332.235</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(3.475.681)	(3.788.492)	(3.866.695)	(3.944.898)
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	(804.975)	(877.423)	(895.535)	(913.647)
	<u>(4.280.656)</u>	<u>(4.665.915)</u>	<u>(4.762.230)</u>	<u>(4.858.545)</u>
Passivo Líquido Exposto	(3.106.881)	(3.386.501)	(3.456.406)	(3.526.310)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(279.620)	(349.525)	(419.429)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2016	2015
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 13) (*)	128.071	120.853
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(2.625.162)	(2.683.281)
Dívida Pactuada c/ Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(570.184)	(587.984)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(3.067.275)	(3.150.412)

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, o IPCA será de 4,70%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,70%	Cenário IPCA 5,88%	Cenário IPCA 7,05%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 13)	128.071	134.090	135.602	137.100
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(2.625.162)	(2.748.545)	(2.779.522)	(2.810.236)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(570.184)	(596.983)	(603.711)	(610.382)
Passivo Líquido Exposto	(3.067.275)	(3.211.438)	(3.247.631)	(3.283.518)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(144.163)	(180.356)	(216.243)

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.201	290.958	1.698.230	4.850.323	1.721.524	8.574.236
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.863	23.875	64.680	432.009	311.981	840.408
	21.064	314.833	1.762.910	5.282.332	2.033.505	9.414.644
Pré-fixadas						
Fornecedores	890.039	159.324	-	-	-	1.049.363
	911.103	474.157	1.762.910	5.282.332	2.033.505	10.464.007

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2016	2015
Total do Passivo	13.931.950	13.495.386
Caixa e Equivalentes de Caixa	(426.074)	(318.834)
Fundos Vinculados	(89)	(89)
Passivo Líquido	13.505.787	13.176.463
Total do Patrimônio Líquido	2.499.867	2.695.848
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	5,40	4,89

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.440	-	10.440	-
Letras Financeiras – Bancos	230.661	-	230.661	-
Letras Financeiras do Tesouro	61.463	61.463	-	-
Debêntures	23.162	-	23.162	-
	325.726	61.463	264.263	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura				
	216.107	-	-	216.107
	541.833	61.463	264.263	216.107

	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	41.785	-	41.785	-
Letras Financeiras – Bancos	135.193	-	135.193	-
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	27.491	-	-
Debêntures	47.151	-	47.151	-
	251.620	27.491	224.129	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura				
	135.983	-	-	135.983
	387.603	27.491	224.129	135.983

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2016 a 28/04/2017	US\$ 3.613 US\$ 14.000	US\$ 60
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2016 a 01/10/2017	R\$ 94.930	R\$ 143
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2017 a 07/01/2018	R\$ 1.073.416	R\$ 232
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2017 a 07/01/2018	R\$ 17.208	R\$ 7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2016 a 06/12/2017	R\$ 563.637	R\$ 703

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$214.035 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.509.541	1.666.391	924.484	721.660	491.825	884.350	6.198.251
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.266.453	1.425.841	1.578.041	1.753.946	1.829.219	98.573.526	106.427.026
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	162.400	231.834	238.123	242.603	226.196	8.129.088	9.230.244
Compra de Energia - Leilão	3.009.686	3.084.450	3.478.314	3.667.217	4.294.665	101.895.479	119.429.811
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	297.538	313.824	327.844	345.632	360.926	1.348.181	2.993.945
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	238.545	250.853	258.525	277.288	284.144	11.377.438	12.686.793
Cotas de Garantias Físicas	580.284	611.830	640.140	670.918	700.292	28.051.569	31.255.033
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	62.420	66.165	70.135	74.343	78.803	218.318	570.184
Arrendamentos Operacionais	72.086	67.618	67.618	67.618	67.618	67.618	410.176
	7.198.953	7.718.806	7.583.224	7.821.225	8.333.688	250.545.567	289.201.463

30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 24 de maio de 2016, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 3,78%, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2016, até 27 de maio de 2017.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, que não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa: Encargos Financeiros Capitalizados R\$137.571 (R\$150.017 em 2015).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Considerando o período de adesão dos empregados, não é possível estimar os efeitos nas demonstrações financeiras da Cemig em 2017.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 22 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade da Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita, (ii) obtenção da totalidade de lançamentos contábeis com o objetivo de selecionar lançamentos contábeis nas contas de receita com características de interesse específicas (lançamentos contábeis manuais) com o intuito de identificar eventuais lançamentos potencialmente indevidos, (iii) exame documental para lançamentos contábeis selecionados com o objetivo de avaliar sua substância econômica, relação com as atividades de Companhia e o adequado tratamento contábil, e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089.422/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a realizarem-se, cumulativamente, em 12-05-2017, às 13 horas.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

- aa.) Charles Carvalho Guedes
- Edson Moura Soares
- Manuel Jeremias Leite Caldas
- Newton Brandão Ferraz Ramos
- Rafael Amorim de Amorim

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 720ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 11-04-2017, aprovamos a conclusão, em 11-04-2017, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2016; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

- aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, temporária e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
Adézio de Almeida Lima - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
César Vaz de Melo Fernandes - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Dimas Costa - Diretor Comercial
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor sem denominação específica
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Distribuição e Comercialização e, temporária e cumulativamente, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 720ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 11-04-2017, aprovamos a conclusão, em 11-04-2017, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2016; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

- aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, temporária e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
Adézio de Almeida Lima - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
César Vaz de Melo Fernandes - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Dimas Costa - Diretor Comercial
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor sem denominação específica
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos
Luís Fernando Paroli Santos - Diretor de Distribuição e Comercialização e, temporária e cumulativamente, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico